

Teresa Fonseca

ESTREMOZ

NA GUERRA DA RESTAURAÇÃO
(1641-1668)

estremoz

índice

9	Abreviaturas
11	Normas de transcrição
15	Introdução
19	1. A vila de Estremoz: uma sucinta evolução histórica
24	2. Estremoz na Guerra
24	2.1. A defesa da praça militar
32	2.2. A administração municipal
34	2.2.1. A eleição da oficialidade militar
36	2.2.2. A economia local
38	2.2.3. O agravamento fiscal
40	2.2.4. Os aquartelamentos
43	2.2.5. Outras funções
47	2.3. A participação dos estremocenses no conflito
55	2.4. As freguesias do concelho
55	2.4.1. O termo
56	2.4.2. A vila
59	2.5. A sociedade estremocense nas fontes paroquiais
59	2.5.1. Os casamentos
70	2.5.2. Os batismos
83	2.5.3. O setor militar
84	2.5.3.1. Os casamentos
90	2.5.3.2. Batismos

99	Uma reflexão final
103	Fontes manuscritas
105	Fontes impressas
107	Bibliografia

A fortaleza abaluartada seiscentista de Estremoz é uma obra de engenharia e arquitetura absolutamente notável, identitária, a necessitar de restauro e valorização. Mas é também um património que urge “devolver” aos estremocenses, porque, apesar da sua excepcional presença e marca na paisagem, é um monumento verdadeiramente desconhecido para os nossos cidadãos. “Devolver” como? Dando, por exemplo, a conhecer a sua história e as suas especificidades. É exatamente este o objetivo do livro que agora publicamos.

Conhecer a especificidade deste património, a sua história, os engenheiros que a desenharam e construíram, e as suas especificidades no contexto das fortalezas abaluartadas portuguesas, será a forma de potenciarmos junto da população o gosto pela preservação e salvaguarda deste património.

Necessitamos também de desenvolver outras ações de valorização, que alavanquem o turismo cultural e a fruição da fortaleza. Ações que retirem do “isolamento” a que está votada a fortaleza no contexto atual da urbe, e que a enquadrem com o restante património cultural e a cidade “moderna”, colocando-a em diálogo com os séculos pretéritos e posteriores. Este “isolamento”, esta falta de (re)contextualização, porque a antiga função militar de proteção se perdeu, precisa ser debatida e repensada. Esta publicação, pode efetivamente, ser um ponto de partida para um projeto maior, onde se faça a discussão do que queremos para o nosso património militar e de como o podemos preservar e valorizar.

Por fim, agradeço à autora, doutora Teresa Fonseca, historiadora consagrada, com muita obra de relevo publicada, o gosto que colocou em mais esta investigação e pelo trabalho que tem vindo a desenvolver sobre Estremoz. Um bem haja.

José Daniel Pena Sádio

Presidente da Câmara Municipal de Estremoz

Introdução

Estremoz, embora um pouco afastada da linha defensiva raiana, desempenhou, pela sua posição geoestratégica, um papel crucial na defesa do reino ao longo de toda a sua história. Na impossibilidade de abarcar, num só estudo, essa longa e rica diacronia, seleccionámos um dos períodos mais significativos vividos pelas suas gentes, o da Guerra da Restauração (1641-1668).

Nesses atribulados 27 anos, Estremoz foi por diversas vezes e em períodos mais ou menos longos, sede do governo das Armas da província do Alentejo. Albergou, em acampamentos improvisados, em alguns, poucos, quartéis e sobretudo em casas particulares, exércitos de vários milhares de homens. Serviu de arsenal de toda a Província, onde se armazenavam as armas, munições, apetrechos e mantimentos a distribuir pelas praças do Alentejo. Serviu de ponto de encontro dos exércitos provenientes de todo o território nacional, que daqui partiram para as batalhas mais decisivas da guerra travadas no Alentejo (Montijo, em 1644, Linhas de Elvas, em 1659, Ameixial, em 1663 e Montes Claros, em 1665), as duas últimas desenroladas a pouca distância das suas muralhas.

Procuraremos analisar o papel desempenhado por esta praça militar ao longo do conflito, mas também conhecer os efeitos da guerra na vida económica, social e administrativa da vila e do seu concelho. Tentaremos averiguar o impacto da comunidade castrense na sociedade local, ela própria igualmente militarizada, com todos os seus homens válidos enquadrados nas

companhias de ordenanças ou de milícias, das quais transitavam facilmente para os contingentes de primeira linha. Nesta última condição, socorreram praças sitiadas, participaram nas grandes batalhas, e em incontáveis combates e escaramuças, incluindo as frequentes incursões em território inimigo.

Como em qualquer trabalho de investigação, socorremo-nos da bibliografia temática, da qual apenas registámos, no final do livro, a expressamente referida no corpo do texto ou em notas. De entre as diversas fontes impressas consultadas, destacámos a *História de Portugal Restaurado*, da autoria de D. Luís de Meneses, 3º conde da Ericeira. Apesar de evidenciar alguma parcialidade, natural e inevitável num elemento da alta nobreza, que fez toda a carreira militar durante esta guerra, o facto de a ter vivido diretamente converte a sua obra numa fonte incontornável. Também as *Memórias da vila de Estremoz*, do ilustre estremocense António Henriques da Silveira, embora escritas em data posterior, revelam factos do maior interesse.

Quanto aos documentos manuscritos, consultámos, no Arquivo Municipal de Estremoz, as atas das sessões camarárias deste período. Apesar da existência de algumas lacunas, muito frequentes quando se trata de épocas recuadas (não há livros para os anos anteriores a 1643 nem para o ano de 1665) constituíram uma fonte preciosa para o conhecimento da atividade camarária neste período, incluindo as funções e os problemas acrescidos originados pela guerra e o modo de relacionamento com a sociedade local e com as chefias militares, da praça e da Província.

Do Arquivo Distrital de Évora consultámos os registos paroquiais (baptismos e casamentos) disponíveis "on-line". Na falta de livros de décimas para esta época no Arquivo Municipal de Estremoz, que seriam da maior importância para uma análise económica mais aprofundada, colmatamos em parte esta lacuna com o fundo paroquial, que se revelou ainda mais proveitoso para o conhecimento da sociedade. No entanto, também neste caso nos deparámos com faltas importantes. Quanto aos baptismos, a sequência completa existe apenas para a paróquia de Santo André; para a de Santiago faltam os dois primeiros anos (1641 e 1642); e para a de Santa Maria do Castelo apenas subsistem os quatro últimos, entre 1665 e 1668. Para os casamentos, não há registos para Santo André; e se os de Santiago preenchem todo o período estudado, para o Castelo só subsistem a partir de 1662.

No Arquivo Histórico Militar, recolhemos elementos bastante úteis para a compreensão da estrutura militar da época, aplicáveis a Estremoz, além de documentação referente à própria praça.

Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, consultámos “on-line” as *Memórias Paroquiais* de Estremoz, fundamentais para a caracterização do espaço no qual se desenrolaram os eventos em estudo e onde viveram ou por onde passaram os seus protagonistas. Ainda que escritas um século mais tarde, a realidade económica e territorial são semelhantes. E utilizámos ainda os Decretos do Fundo do Conselho de Guerra, previamente consulados para estudos anteriores. Do Fundo respeitante a Cortes apenas é possível, segundo o novo sistema, a consulta “on-line”. E dos documentos assim disponíveis no período da elaboração deste trabalho, nenhum respeita a Estremoz, encontrando-se os restantes por tratar informaticamente e por isso inacessíveis à leitura. Não obstante, as possíveis reclamações apresentadas pelos procuradores estremocenses às diversas cortes realizadas nos reinados de D. João IV e de D. Afonso VI, estarão em grande parte replicadas nos livros de registo das sessões camarárias e na abundante correspondência entre os governadores militares do Alentejo e os monarcas, publicadas em 1940 pela Academia Portuguesa de História em quatro volumes, com prefácio de Laranjo Coelho, que igualmente consultámos.

Resta-me agradecer a quantos contribuíram para a concretização deste projeto. À doutora Sílvia Arvana e às funcionárias do Arquivo Municipal de Estremoz, onde recolhi grande parte da documentação que serviu de suporte ao trabalho, expresseo o meu reconhecimento pela disponibilidade e simpatia do acolhimento. À Câmara Municipal de Estremoz, a quem devo a publicação do livro. Ao Chefe de Divisão de Cultura do mesmo Município, doutor Hugo Guerreiro, pelo entusiasmo com que acolheu o projeto e pelo apoio disponibilizado à parte fotográfica. Ao CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, do qual sou associada, pelo apoio à edição. E ao senhor Rui Magalhães, das Edições Húmus, por ter mais uma vez editado um livro da minha autoria.

Montemor-o-Novo, 11 de abril de 2022